



Anais da Assembléia

Nº 23

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 05 DE ABRIL DE 1976.

ANO II

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA
ATA DA 28.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 1976.
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomel e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer. (45); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Accioly Neto, Adalberto Daros, Deni Schwartz, Hélio Manfrinato, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Otássio Pereira, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes. (9)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º Secretário - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º Secretário — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

Sob o n.º 360/75 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o projeto de Lei n.º:

143/75: Oriundo da Mensagem n.º 89/75, sendo o veto parcial aposto incidido sobre as disposições do art. 3.º, pelas razões anexas. — À C.C.J. —

REQUERIMENTOS:

de autoria do Senhor Deputado, Gabriel Manoel, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 23/76.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta casa, um voto de louvor ao Instituto de Biologia e Pesquisa Tecnológica da Secretaria da Indústria e do Comércio do Estado do Paraná, pelo excepcional trabalho que vem realizando em favor do desenvolvimento do Paraná e do Brasil.

Outrossim, requer seja oficiado ao Senhor Secretário da Indústria e do Comércio e ao Diretor daquele órgão, comunicação referente ao voto de louvor.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1976.

a) Fabiano Braga Côrtes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, sejam aprovados VOTOS DE CONGRATULAÇÕES a Sua Excelência General ERNESTO GEISEL, digníssimo Presidente da República e ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, ARNALDO DA COSTA PRIETO, pela criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Profissional Rural — SENAR — que passará a funcionar a partir de 1.º de maio, no âmbito do Ministério do Trabalho, com o objetivo de organizar e administrar programas de formação profissional rural.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1976.

a) Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVA:

Fazia-se premente a criação de um órgão para organização de programas de formação profissional rural, a exemplo do SENAI e SENAC, que atuam em setores específicos, executando programas de formação profissional, voltados para atender às necessidades da Indústria e do Comércio. Agora, podemos, também, contar com entidade similar para implantação e execução no País da política de formação de mão-de-obra rural.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer seja apreciado em regime de urgência o Projeto de Lei n.º 03/76, que objetiva acrescentar de mais um inciso (IV) o artigo 1.º da Lei n.º 6593, de 15 de agosto de 1974, com a finalidade de normalizar a situação funcional dos ocupantes de cargos de Contador e de Assistente Técnico do Egrégio Tribunal da Alçada, conforme ponderou o Exmo. Sr. Governador do Estado na Mensagem n.º 21/76, encaminhada a esta Casa, em 28 de janeiro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1976.

a) Fidelcino Tolentino.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de prerrogativas regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de ofícios ao Governador do Estado e ao Dr. Emílio H. Gomes, Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., apelando aos mesmos no sentido de imediatas providências para instalação de agências bancárias dessa organização na cidade de Amaporã.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1976.

a) Valter Pietrângelo.

JUSTIFICATIVA:

Amaporã ocupa área de 409 km² encravada na região Noroestina paranaense, toda ela dividida em minifúndios ocupados por pujantes cafezais e onde persponta intensa atividade pecuária, sustentáculo até de importante indústria de laticínios.

Sua população excede à casa dos 10.000 habitantes, dedicados febrilmente à agropecuária.

E agora, que Amaporã vislumbra os benefícios que advirão com sua ligação asfáltica que a ligará com a Rodovia do Café, libertando-a do isolamento em que atualmente se encontra, aquele município, a gente amaporense sente já reativadas suas forças, reanimados por um porvir de progresso, de riquezas.

Americana de Saúde, e no qual receberão treinamento cientistas de toda a América Latina.

O equipamento existente, a higidez do ambiente e o pessoal técnico do IBPT que o administra são as garantias de que o Paraná possui, já em funcionamento, o melhor Biotério da América Latina. É um orgulho para nós a contestação deste fato. Não apenas pelo valor dos recursos aplicados. Não apenas pela magnitude da obra. Mas, sobretudo, nos orgulhamos por estarmos na vanguarda, em um campo científico de alta relevância. É em animais de laboratório idênticos àqueles que estão sendo produzidos no edifício que inauguramos, que progride a ciência médica em todo o mundo. É através do sacrifício destes grandes amigos do homem que se desvendam os novos processos de cura das insidiosas moléstias que atacam a humanidade. É ainda, através deles que se obtêm as vacinas, com as quais se realizam as campanhas preventivas que garantem a saúde de nossa população.

Em meu nome, Sr. Presidente, e tenho a certeza, também no nome desta Casa, expresso o meu voto de altas congratulações a S. Exa. o Exmo. Sr. Engenheiro LUIZ GONZAGA PINTO, digníssimo Secretário de Indústria e do Comércio que é o grande Comandante dessa instituição científica que orgulha a nossa terra: o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, ao ilustre Diretor do IBPT, Dr. DINOR OLEGÁRIO VOSS, cujo dinamismo, cuja idoneidade e cuja competência, foram fatores preponderantes para que aquela instituição alcance hoje a proeminência que desfruta no cenário científico nacional.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, movido pelo entusiasmo que a inauguração me despertou, fiz questão de proceder uma visita demorada aos laboratórios do IBPT, no Bacacheri, e aí, meus Srs., o meu entusiasmo aumentou sensivelmente. O que vi naquela casa de ciência, a importância dos trabalhos que estão sendo realizados, o moderno e sofisticado equipamento dos laboratórios e a alta qualidade de seu corpo técnico nos motivaram a assumir esta tribuna, para dizer aos nossos ilustres pares e para dizer ao povo do Paraná que o povo que possui uma instituição científica de tal porte, não é um povo subdesenvolvido. Pelo contrário, caminha ombro a ombro com as nações mais desenvolvidas, pois institui técnicas, realiza pesquisas e publica trabalhos com a mesma desenvoltura e com a mesma competência dos maiores centros de pesquisa da Europa e dos Estados Unidos.

No IBPT está sendo realizado uma obra que reputo da mais alta importância à comunidade paranaense. É o seu Programa Paranaense de Controle de Qualidade já completamente planejado e estruturado, transitando junto às altas autoridades do Estado para a sua definitiva implantação. Visa o programa o controle de qualidade de toda a produção paranaense. Da produção agrícola, controlando a qualidade do solo, das sementes, dos corretivos e adubos, de defensivos agrícolas e dos grãos produzidos. Da produção industrial, controlando a matéria prima, os produtos intermediários e certificando a qualidade do produto final elaborado. Tudo isso instituído, alcançaremos como consequência inevitável a melhoria da nossa produção que nos permitirá concorrer nos mercados internacionais e, mais importante ainda, a defesa do consumidor paranaense, preocupação de alta prioridade do Governo, pois atinge diretamente a economia e a saúde do nosso povo. Com o programa em funcionamento cada um saberá aquilo que compra e cada um saberá exatamente aquilo que vende. O alcance deste tipo de trabalho é incomensurável. Todos serão beneficiados. Apelo às nossas autoridades para que apressem a aprovação final do programa de Controle de Qualidade. Ele virá no momento em que se faz mais necessário e o Paraná, mais uma vez, dará um grande exemplo aos outros Estados, pois será o primeiro a resolver o angustiante problema da defesa do consumidor, apresentando uma solução técnica, perfeitamente viável e de aplicação imediata.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sei ser impossível definir a obra realizada pelo IBPT, dentro de uma manifestação verbal feita nesta Casa. Entretanto, para melhor conscientização dos ilustres representantes do povo paranaense, tenho a satisfação de transmitir convite a nos feito pelo Diretor do IBPT, para que visitem seus laboratórios, conversem com seus técnicos e se capacitem, tal como eu fiz, de que naquela Instituição se trabalha efetivamente para a construção de um Paraná mais rico, para a construção de um Paraná mais feliz, para a construção de um Paraná melhor”.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos neste instante nesta tribuna, para agradecer ao Governo de S. Exa. Gal. Ernesto Geisel e ao Governo Jayme Canet Junior, no que concerne ao povo humilde e trabalhador do nosso Paraná e de nosso País.

Queremos comunicar o que já é de conhecimento público, isto é, medidas tomadas por S. Exa. o Sr. Ministro Alysson Paulinelli, e S. Exas. os responsáveis pela agricultura do Paraná e do Brasil, no que respeita ao preço do soja. O povo estava aguardando este preço mínimo que o Governo conseguiu, apesar do complexo normativo, em que temos as multinacionais, preço este de 80 cruzeiros para o lavrador.

Um preço acima da expectativa do povo da região onde se planta este cereal e também, para agradável surpresa nossa, no Sul, no Centro Oeste do País, o arroz foi talebado pelo esquema do Governo arenista, a 85,40 a saca.

Vejam os Srs. Deputados e veja o Sr. Presidente, como o Governo da ARENA procura trabalhar em benefício do lavrador. Como o Governo arenista está “pari-passu” juntamente com o lavrador que trabalha pelo bem estar de nossa Nação e de sua gente. Apesar do grande complexo das exportações, das safras da Rússia, dos Estados Unidos, daquele produto que o Brasil agora começa a exportar, estamos no segundo plano em sua exportação.

Conseguimos, por intermédio do Secretário arenista do Governo arenista paranaense e de S. Exa. o Ministro arenista Paulinelli, dar ao povo do Paraná e do Brasil o preço mínimo de 80 cruzeiros para cooperativas.

Vejam como se trabalha ao lado do povo, como se trabalha ao lado do trabalhador de mãos calosas. Ficamos eufóricos, dentro de nossa humildade, dentro da peculiaridade do homem do interior, quando vemos o soja tabelado a 80 cruzeiros, quando vemos o arroz tabelado a 85,40, com o preço mínimo garantido.

Terá, assim, nosso trabalhador, apesar da tranquilidade que reina nesta ilha de paz que é o Brasil, terá o trabalhador, agora, a tranquilidade de ver seu trabalho, fruto de seu suor, suor que rega a terra, coroado de êxito.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica que está esgotado o tempo concedido a V. Exa., e no entanto, concede-lhe mais um minuto para concluir sua oração.

O SR. GABRIEL MANOEL — Obrigado, Sr. Presidente.

Mas como dizia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os homens que governam esta Nação, o Sr. Presidente da República, o Sr. Governador do Estado, o Sr. Secretário de Agricultura do Paraná e todos os homens de boa vontade, que tiveram uma recepção entusiástica, em Cândido Rondon, quando receberam de braços abertos o nosso Presidente da República, porque é esta a primeira vez que nosso agricultor é olhado de frente, que vai para sua casa, depois de um dia de trabalho, dormir tranquilo, porque seus produtos têm preço mínimo garantido; porque têm o Funrural; porque têm o INPS garantindo o tratamento médico aos seus familiares.

Dizemos, desta tribuna, muito obrigado, Sr. Presidente da

ao esforço que empreendeu pela paz e honradez da gente brasileira”.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Embora devêssemos aguardar o final de seu pronunciamento fazemos, neste instante, a intervenção para nos solidarizarmos com V. Exa. com relação ao seu pronunciamento, porque é o momento propício de nós paranaenses, com representação política, com cargo de representação popular, fazermos justiça a um homem de família paranaense, a um paranaense de coração, não só a ele, mas também a toda a família Tourinho, porque não só Ayrton Tourinho, como Plínio e Luiz Carlos Tourinho, formam uma tradição quase que sui generis na história do Brasil; três irmãos, três generais, três homens ilustres que hoje, na pessoa do generalíssimo Ayrton Tourinho, nós vemos o cargo mais alto, atingido por um paranaense no Exército Brasileiro.

Quero pois, Deputado Aragão Matos Leão, fazer minhas as suas palavras, quando esta Casa de Leis e de representação popular, faz menção a um homem que não só participou e está participando no desenvolvimento do nosso Estado, mas sobretudo, da nossa Nação, como também, das forças vivas da Revolução Brasileira.

Ao seu pronunciamento, pela oportunidade, os meus cumprimentos e a Ayrton Pereira e à família Tourinho, os agradecimentos do povo do Paraná através dos homens desta Casa de Leis.

Muito obrigado.

O SR. ARAGÃO MATTOS LEÃO — Muito obrigado, nobre Deputado Quielse Crisóstomo, nós agradecemos o aparte de V. Exa. e o incorporamos com muito prazer ao nosso pronunciamento.

Tem o aparte o Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Congratulo-me com V. Exa. pela oportuna manifestação à ascensão de S. Exa. Gal. Ayrton Pereira Tourinho a General de Exército.

Realmente, se constitui em motivo de satisfação e orgulho a todos nós. Eis que o nobre paranaense, forjado do seu caráter em nosso meio, se constituiu sempre em um exemplo a ser seguido, como ser humano, quer como pai, quer como militar. O Paraná, além de estar de parabéns, ao oferecer à Nação um dos seus diletos filhos, para ocupar este cargo de grande responsabilidade está demonstrando que em seu meio, se formam homens de valor, capazes de bem desempenhar funções relevantes, nas variadas esferas, administrativa, política e militares.

Quero portanto, apresentar a V. Exa. a nossa solidariedade ao seu pronunciamento e também pedir vênua minha, às suas palavras.

Era o aparte.

O SR. LÁZARO DUMONT — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado Aragão de Mattos Leão, primeiramente, quero congratular-me com V. Exa. pela feliz iniciativa, de prestar esta homenagem a este brasileiro, ilustre paranaense, e de nos trazer para o conhecimento desta Casa, o perfil magnífico deste homem que hoje está galgando o mais alto escalão do Exército Brasileiro, e acrescentar ao pronunciamento de V. Exa. apenas como um exemplo, a maneira como hoje o General de Exército Ayrton Tourinho sempre nos atendeu quando no Comando da 5ª Região Militar. Sempre tivemos por parte daquele militar, em todos os assuntos que nós tivemos a oportunidade de tratar com ele, a mais alta receptividade e uma atenção toda especial, mostrando assim o perfil característico de um homem que se interessa realmente pelos problemas, por mais insignificantes que assim possam parecer.

Porisso V. Exa. está de parabéns, nós temos muito pouca coisa a acrescentar ao bilhante pronunciamento de V. Exa. E lembrando ainda a passagem extraordinária quando do

Comando da 5ª Região Militar do General Ayrton Tourinho, na transição que o nosso Estado teve, naquelas trocas constantes de Governo. É bom lembrar o equilíbrio que o General, no Comando da 5ª Região Militar, pode trazer e com isto, garantir uma tranquilidade no nosso Estado, das mais necessárias à época e fez com que esse mesmo naquela transição do Governo, o nosso Estado não perdesse o caminho de progresso e desenvolvimento que estava trilhando.

A V. Exa. os nosso parabéns e a homenagem merecida a este ilustre paranaense que tão bem vem representando o nosso Estado, e representará ainda melhor, como General de Exército, no mais alto escalão do nosso Exército Brasileiro.

Meus parabéns e muito obrigado.

O SR. ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — Agradeço aos Deputados Ezequias Losso e Lázaro Dumont.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado, eu também humildemente queria me parabenizar com V. Exa. e com S. Exa. o eminente Senador João de Mattos Leão, que, no Congresso, esposou, reivindicou e disse ao povo do Paraná e do Brasil, a biografia do General Ayrton Tourinho, o primeiro General de 4 estrelas, do Paraná. Queria neste instante, fazer de suas palavras e das palavras dos pares que o apartearam, as palavras deste humilde Deputado representante de uma região, que também vê, nobre Deputado, em S. Exa. o ilustre Senador João Mattos Leão, um dos homens que soube projetar os nomes dos paranaenses que lutam pelo bem-estar de sua Pátria e de sua terra. Queremos também nos parabenizar com o Paraná, pela ascensão do Gal. Ayrton Tourinho, o primeiro General de 4 estrelas paranaense, e com V. Exa. por esta atitude de trazer ao conhecimento da Casa e do Paraná, fato tão auspicioso.

Muito obrigado pelo seu aparte e queira transmitir a S. Exa. o Senador Mattos Leão, o nosso agradecimento por haver divulgado então tão grande efeméride para o Paraná e para sua gente.

Muito obrigado, Deputado Aragão de Mattos Leão.

O SR. ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — Muito obrigado, Deputado Gabriel Manoel, nós gostaríamos de agradecer e de transferir os cumprimentos que nos foram endereçados pelos nobres pares desta Casa, ao povo paranaense, por ter tido a felicidade de oferecer ao Brasil, um paranaense da estatura do General Ayrton Tourinho. E se aqui fizemos questão de em rápidas palavras tecer um pequeno histórico de sua vida, foi para que se registrasse nos Anais da Casa do povo paranaense, a história da vida de um dos mais ilustres paranaenses que hoje temos a oportunidade de ver no Alto Comando das Forças Armadas Brasileiras.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado João Cioni Neto.

O SR. JOÃO CIONI NETTO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao apagar das luzes do ano legislativo próximo passado, esta Casa, por unanimidade, quer da bancada arenista, quer da bancada do MDB, aprovou uma lei que levou o número 5. Esta Lei Complementar número 5, foi publicada no dia 08-01-76, no Diário Oficial número 214.

Posteriormente à aprovação desta lei, um jornal publicou um artigo, em que o jornalista, talvez por falta de um melhor estudo, por um equívoco ou coisa semelhante, dizia que esta Casa estava legislando e fizera uma lei inconstitucional. Que os Vereadores tinham 90 dias para falarem nas contas do Prefeito e que agora a Carta Legislativa do Estado do Paraná havia tirado a oportunidade dos Srs. Vereadores.

Faço questão de dar uma explicação nesta Casa, pois fui o autor da mesma.

Na Lei Orgânica dos municípios, no artigo 60, inciso XV, diz o seguinte: “Tomar e julgar as contas do Prefeito e

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 253/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 343/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santa Fé, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 104/75, de autoria do Deputado Accioly Neto, que dispõe sobre a privatividade dos Despachantes na mediação das relações entre o contribuinte e o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e CF, com Emendas. Em regime de Urgência. — **Aprovado, projeto e emenda, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 166/75, de autoria do Deputado Alfredo Gulin, que declara de utilidade pública, a Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar Professora Maria Pereira Martins, bairro da Barreirinha, nesta Capital. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 168/75, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que declara de utilidade pública, a Sociedade Beneficente Operário Esperança, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 254/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 344/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Rolândia, objetivando execução de melhorias no prédio do Grupo Escolar do Distrito de São Martinho, daquele município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 254/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 18 de novembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Rolândia, objetivando a execução de melhorias no prédio do Grupo Escolar do Distrito de São Martinho, do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 1975.

(a) ACCIOLY NETO — Presidente

(a) DENI SCHWARTZ — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 344/75

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 152/75, de 04 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 18 de novembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Rolândia, objetivando a execução de melhorias no prédio do Grupo Escolar do Distrito de São Martinho, do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder

Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 1975.

(a) ACCIOLY NETO — Presidente

(a) DENI SCHWARTZ — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 01/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 56/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social, com o município de Colorado, objetivando construção do prédio destinado a Unidade Sanitária na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 01/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 26 de novembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, com o município de Colorado, objetivando a construção do prédio destinado à Unidade Sanitária na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de março de 1976.

(a) ACCIOLY NETO — Presidente e Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 56/76

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 160/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 26 de novembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, com o município de Colorado, objetivando a construção do prédio destinado à Unidade Sanitária na sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 17 de março de 1976.

(a) ACCIOLY NETO — Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 15/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem nº 14/75, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva doar ao município de Curitiba os bens constantes do sistema de sinalização de trânsito da cidade do mesmo nome. Pareceres favoráveis da CCJ e CP. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 15/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Curitiba, os bens que constituem o sistema de sinalização de trânsito da cidade do mesmo nome.

Art. 2º — Os bens de que trata o artigo anterior

desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1972 e 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de março de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 120/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 272/76, de 15 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de ZENO PACIORNIK, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de março de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 121/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 279/76, de 15 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de março de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 122/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 280/76, de 15 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor

de ROQUE DE CRISTO, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de março de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 123/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 281/76, de 15 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de JOAQUIM VIEIRA DA SILVA, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de março de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 124/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 323/76, de 20 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Artigo Segundo da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de LUIZA ZACK VIANTE, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de março de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 125/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 344/76, de 21 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

E para estribar este futuro que já desponta, mister se faz que nossos governantes voltem os olhos para as necessidades mais prementes de Amaporã. E falta uma engrenagem no mecanismo de desenvolvimento daquela comunidade. Amaporã carece de uma agência bancária. Deslocam-se seus comerciantes, deslocam-se os seus lavradores, deslocam-se os seus professores até as cidades de Paranavai, distante cerca de 30 km para efetuarem suas transações bancárias, para pleitearem seus financiamentos. Por estas razões, SENHOR PRESIDENTE, este Deputado apela às autoridades competentes, no sentido de que retribuam a cooperação que AMAPORÃ vem emprestando ao desenvolvimento do Paraná, instalando naquela cidade, com brevidade, uma agência do BANESTADO. Amaporã saberá ser grata aos que dela se lembrarem.

Acreditamos que a política de expansão encetada pela alta direção do BANESTADO esteja em plena continuidade.

Acreditamos que a alta direção do BANESTADO estudará com carinho a reivindicação que ora, com carinho, lhe apresentamos.

Acreditamos que esta direção, seriamente presidida por um ex-governador paranaense, tudo fará junto ao Banco Central para conseguir, com urgência, a liberação de uma carta-patente para instalação de agência da rede oficial do estado, na sede do município de Amaporã.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas e na forma do Regimento Interno, requer ouvido o Plenário, seja dirigido ao Senhor Governador do Estado o seguinte apelo:

Considerando que o litoral paranaense possui alguns bancos de ostras com pacacidade produtiva e de recuperação, e que os mesmos estão sendo explorados durante o ano inteiro sem controle de quantidade, tamanho e época, e que tal prática pode, a curto prazo, levar à extinção dos mesmos, com perda para o pescador profissional e com desequilíbrio de ecossistema, apela ao Senhor Governador para que, no uso de suas atribuições, determine ao órgão competente que estabeleça normas quanto ao período de apanha, tamanho das ostras a serem comercializadas e as épocas de tal prática durante o ano, no sentido de defender a época procriativa, os indivíduos jovens e os reprodutores.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1976.

a) PAULO CAMARGO

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente quero apresentar um agradecimento ao atendimento que a SUNAB tem dado às reivindicações relativas ao fornecimento de leite na Capital, pelo menos se vê a movimentação que o Sr. Pedro Tocafundo está fazendo, agilizando os setores adequados ao suprimento deste alimento na Capital.

Queremos agradecer as atenções que ele tem prestado às reivindicações e às reclamações que temos feito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, recebemos dois telefonemas de cooperativas do interior do Estado, principalmente da cooperativa de Palmas. Essas cooperativas reclamam a pressão que elas têm sofrido por parte das empresas multinacionais que operam na aquisição de cereais na época de safra. Elas oferecem uma pseudo vantagem, adiantamento de um valor por saca de soja, por saca de milho e outros cereais.

Realmente, compreendemos a dificuldade com que as cooperativas suportam essa pressão do mercado comercial com relação a transações com o comércio internacional. Mas nas

operações comerciais dentro do País é preciso que as autoridades se conscientizem da necessidade de uma proteção maior para os agricultores, inclusive por parte da Secretaria de Agricultura para conscientização dos associados que, muitas vezes, entregam, em razão da pseudo vantagem, seus produtos a essas multinacionais. Deixo de declinar o nome dessas multinacionais, que estão operando neste mercado paralelo. Digo mercado paralelo porque fazem com que os agricultores vendam seus produtos ou entreguem, por antecipação, recebendo quantias adiantadas sob a alegação de que no prazo estipulado, que varia de 90 a 120 dias, aquelas companhias pagariam ou pagam o preço daquele dia.

Isto, naturalmente, cria um problema para o cooperativismo e, por outro lado, cria uma defasagem de recursos financeiros, não só para as cooperativas, mas cria, também, uma imagem negativa do cooperativismo. Criando um mercado paralelo o agricultor coloca o seu produto à disposição dessas empresas multinacionais. Pela conclusão que chegou a CPI, das multinacionais, se verifica que o seu potencial financeiro, naturalmente, pressiona o fornecedor, sobretudo o agricultor que através de incentivos fado pelo governo, para que as cooperativas possam operar neste mercado, o chamado EGF. O EGF, ele dá uma melhor viabilidade de comercialização e melhor entrega dos produtos para as cooperativas.

No entanto, não alcança o objetivo porque, as cooperativas naturalmente, devem cobrar os juros, e mais a armazenagem. Ao passo que as multinacionais ao fornecerem por antecipação, um valor menor do que o preço da cota do dia, ou o preço-dia, do produto, induzem esses agricultores a entenderem que não se cobra a armazenagem, quando na verdade, não é isso o que ocorre. Sobretudo, esse entendimento, é de que também esse dinheiro adiantado que as multinacionais fornecem aos agricultores, não seria cobrado juros.

Ocorre mais, Srs. Deputados, que na classificação e no peso do produto, essas multinacionais, operando com esta potencialidade, este domínio do mercado, cria um prejuízo para a economia do País, e sobretudo, para a economia nacional. As cooperativas estão a esperar do Governo uma posição mais definida em proteção do cooperativismo e dos associados de cooperativas, que são sempre levados e induzidos a este tipo de negócios, que gera em última análise, prejuízos à economia nacional.

Precisa-se tomar, Sr. Secretário de Agricultura, o Ministério de Agricultura e outros ministérios que operem no setor em colaboração, para verificar e dar uma lehor proteção às cooperativas para que elas não sofram uma mutilação com este mercado paralelo.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, segundo orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Na semana que findou, nós tivemos a satisfação de comparecer a uma inauguração de prédio público, completamente incomum.

Tratou-se da inauguração do Centro Modelo de Manejo e Treinamento de Pessoal em Animais de Laboratório, do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Estado do Paraná, localizado no Município de Araucária. Tive a grata surpresa de ver inaugurada uma obra de excepcional alcance científico e para a qual contribuíram, sem alarde, e sem propaganda, os governos federal e estadual, contando com valiosa colaboração dos serviços de terraplenagem executados pela Prefeitura Municipal de Araucária. O Centro Modelo, Sr. Presidente Srs. Deputados, será utilizado como local de cursos de caráter internacional, organizados e custeados pela Organização Pan

República, aos seus assessores; muito obrigado ao Governador do Estado que está indo ao interland paranaense, levando sua mensagem de fé.

Muito obrigado, Governo arenista.

Haveremos de vencer com a Democracia.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

o sr. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente.

Passa-se ao Grande Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Aragão de Matos Leão.

O SR. ARAGÃO MATOS LEÃO — Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

(Lendo): "A vida do militar, a força e a honestidade das Forças Armadas estão refletidas na extensa vida de uma figura humana que, neste momento, queremos homenagear.

O Gal. de Exército, Ayrton Pereira Tourinho, é, hoje, o único paranaense a integrar o alto Comando das Forças Armadas".

Oportunamente, na última sexta-feira, esta Assembléia aprovou um voto de congratulações a esse militar. Mas, dada a relevância do fato para o Paraná, a exemplo do que ocorreu no Congresso Nacional, gostaríamos de que se registrasse, nos Anais desta Casa, dados biográficos deste insigne paranaense:

E não podemos deixar de fazer referência ao fato, ao mesmo tempo em que reconhecemos a validade histórica que as três armas da Nação representam em nosso desenvolvimento e segurança. Um retrato do próprio Brasil, em sua composição e origens, as Forças Armadas abrigam vocações pautadas no patriotismo e na franca defesa de nossas instituições.

Um homem não pode ser definido, exaltado, condicionado em poucas palavras. Nem é isso o que pretendemos. Mas temos, como dever e reconhecimento de paranaenses que somos, que registrar os diversos estágios da carreira do Gal. Ayrton Pereira Tourinho. E nosso respeito se estende a todos os oficiais que acabam de ser promovidos por Sua Excelência, o Presidente da República. Precisamos, ao tentar uma referência a essas carreiras brilhantes e coerentes, lembrar as inúmeras circunstâncias e ações por eles enfrentadas, na execução do que significa, para eles e para nós, a manutenção da ordem e justiça social.

Por reconhecermos o despreendimento e critério do paranaense que hoje representa nosso Estado no Alto Comando das Forças Armadas, remontamos as diversas fases de sua vida, envolvida, toda ela, desde as raízes familiares, pela carreira militar.

Filho do ilustre General Plínio Alves Monteiro Tourinho, Ayrton Pereira Tourinho nasceu em 13 de março de 1915, em Curitiba, cursando seus primeiros estudos em colégios públicos, como eram o Grupo Escolar Anexo à Escola Normal e Ginásio Paranaense. Em 1931 matriculou-se no Curso Anexo da Escola Militar de Realengo, saindo aspirante da arma em Engenharia em 1934. Como oficial, serviu no 5º Batalhão de Engenharia, trabalhando na construção das rodovias Curitiba - Capela da Ribeira e Curitiba - Joinville. Mais tarde, serviu no 3º Batalhão de Engenharia, sediado em Cachoeira. Já no Posto de Coronel, comandou o 2º Batalhão Ferroviário de Rio Negro, que construía a linha entre aquela cidade e Lages, em Santa Catarina, cargo no qual teve relevante atuação no movimento revolucionário de 1964.

No decorrer dos anos de oficialato, fez cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Comando e Estado Maior e Escola Superior de Guerra, da qual foi instrutor durante certa época. Retirou-se para assumir o cargo de Adido Militar junto à Embaixada do Brasil no Chile.

Em 1966, durante o Governo do Marechal Castelo Branco, foi promovido a General de Brigada, tendo, como primeiro comando, o Grupamento Militar da Amazônia, onde ficou por dois anos. Assumindo após a chefia do Departamento de Vias e Transportes da Diretoria de Engenharia do Exército, gravou,

em sua gestão, novamente o nome do Paraná, concluindo a Rodovia Ponta Grossa - Foz do Iguaçu. Promovido a General de Divisão em 1971, assumiu o comando da 5ª Região Militar, no qual permaneceu durante quatro anos, marcando sua atuação como líder militar, impenetrável aos envolvimento da vida social ou política.

Transferido então para o Departamento de Pessoal do Exército — do qual é interinamente o Chefe — aí foi dignificado pelo Governo de Sua Excelência o Presidente Ernesto Geisel, para a recente promoção de General de Exército, que reconhece toda uma vida dedicada à Pátria e ao respeito às Forças Armadas.

Portador de diversas comendas — recebeu as ordens de Comendador do Mérito Militar, Comendados do Mérito Naval, Comendador da Ordem do Rio Branco, Medalha Militar com Passador de ouro, Medalha de Guerra, Medalha do Pacificador, Medalha "Estrela ao Mérito Militar" do Chile — o General Ayrton Pereira Tourinho é uma figura que orgulha a todos os seus conterrâneos.

Mas, para falar de sua carreira, dos seus esforços em consolidar um trabalho de valia, queremos ainda fazer uma breve referência a seus ascendentes, de onde partiu essa vocação tão bem estruturada. Os Tourinho chegaram ao Paraná em 1870, com o capitão Francisco Antonio Monteiro Tourinho, que, após casar-se em Antonina, desenvolveu amplo trabalho como construtor de estradas, desbravando o Paraná e como fiscal das colônias militares nas regiões de Chopin, Chapecó e Jataizinho. Fluminense por nascimento, foi no Paraná que deixou marcada sua vida e sua descendência. Foi o mentor da construção da estrada Dona Francisca, entre Rio Negro e Joinville; da Estrada da Graciosa, obra que liga Antonina a Curitiba e do trecho da chamada Estrada do Mato Grosso, que substituiu o caminho dos tropeiros entre Curitiba e Ponta Grossa.

Desta figura ilustre, nasceu o General Plínio Alves Monteiro Tourinho, pai do brasileiro que hoje estamos homenageando. Plínio Tourinho foi um homem que marcou profundamente a história da gente paranaense, infundindo aos três filhos, todos brilhantes e ilustres à sua semelhança, o amor à ordem e a dignidade dentro do patriotismo brasileiro. Com um passado político — foi Deputado constituinte em 1933, tendo um dos seus filhos, o General Luiz Carlos Pereira Tourinho, herdado essa tendência à causa pública. A carreira das armas cerceou o General Ayrton Pereira Tourinho, não apenas pela ascendência e pela escolha unânime de seus dois irmãos. No passado de sua família, está a figura de seu tio, General Mário Alves Monteiro Tourinho, que foi um dos heróis do Cerco da Lapa, ao lado do General Carneiro, participando ainda da também histórica Batalha do Contestado, formando nas colunas de Estilac Leal.

Tem portanto, o General Ayrton Pereira Tourinho, uma tradição militar que sempre soube honrar, tradição essa baseada em todos os fatos históricos de seu Estado e da Nação, onde seus antepassados estiveram presentes. No próprio casamento, convive com tradições militares. Casado com dona Gleusa Giordano Medeiros, filha do heróico capitão Osman Medeiros, brutalmente assassinado em Curitiba, no final de um comício realizado antes da Revolução de 1930. Também três de suas irmãs casaram com militares notáveis: o General Reinaldo de Melo Almeida, atual Comandante do 1º Exército, o General Roberto Ulhôa Cavalcanti de Albuquerque e o General Iberê de Mattos, ex-Prefeito de Curitiba.

Um homem não se faz apenas pelas origens que tem. Mas se reserva um destino brilhante se respeitar a dignidade dos que sempre o cercaram. Não o foi outra a atitude do General Ayrton Pereira Tourinho. Correto, honesto e ciente de seu dever, tem hoje o merecido reconhecimento do governo brasileiro, escalado ao Comando Superior das Forças Armadas. E tem de nossa parte o reconhecimento dos paranaenses, numa homenagem da justiça

da Mesa, no prazo de 90 dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado”.

Aí não mexemos.

Os Vereadores continuam ainda com o direito de julgar, de votar e examinar as contas dos Prefeitos do Paraná.

No inciso XVI, diz o seguinte: “Remeter ao Ministério Público, para os devidos fins, as contas rejeitadas por infração do Decreto 201.”

Então como sempre há falha, quem preparou e quem votou a Lei Orgânica dos Municípios, Lei Complementar número 02, de 18 de junho de 1973, deixou uma falha. Porque, os Presidentes das Câmaras de Vereadores não tinham prazo para mandar as contas à Justiça.

Vou repetir: “remeter ao Ministério Público, para os devidos fins as contas rejeitadas, por infração do Decreto nº 201.”

Nós colocamos: “remeter ao Ministério Público, no prazo de 10 dias, para os devidos fins, as contas rejeitadas por infração do Decreto número 201.”

Esse jornal dizia também que este Deputado que ora ocupa a tribuna, havia legislado em causa própria. Isso foi um equívoco, um engano do Sr. Jornalista que publicou isso em seu jornal e outros órgãos de imprensa transcreveram.

Então, aqui estão as minhas contas do ano de 1972, quando estávamos na Prefeitura de Umuarama.

Diz o Tribunal de Contas:

“Analisando o anexo número 11 (fls. 126, 128 e 135) verificou-se que, contrariando normas federais e estaduais e ainda jurisprudência deste Tribunal de Contas, houve a realização de despesas estranhas ao Município, tais como a discriminação abaixo:

Então, houveram três falhas que não deviam existir. Talvez o nosso assessor errou, todos nós erramos.

A primeira falha:

“Subvenção para a Manutenção dos Ginásios de Perobal e Serra dos Dourados Cr\$ 99.900,00”.

Esse dinheiro aplicamos pelo seguinte: criamos, naquela oportunidade, extensão para vários distritos, ou seja: Cedro, Lobath, Vila Alta, Governador Silveira, Arimatéia e Santa Elisa. E nesse dois distritos de Umuarama, Perobal e Serra dos Dourados, existia CNC, ginásios nos quais os alunos tinham que cooperar, pagar 5 cruzeiros por mês.

É claro que muitos pais, ao verem que nos outros distritos, os alunos não pagavam, as crianças estudavam sem pagar, vieram reclamar.

Imediatamente, procuramos os Srs. Vereadores que fizeram uma lei que nos autorizava pagar os professores dos dois ginásios, dos dois estabelecimentos.

Mas, acontece que podíamos pagar. Mas, tínhamos que ter feito convênio com a Secretaria de Educação e Cultura. E isso não aconteceu por falha técnica.

“Despesas com a Campanha de Educação Sanitária e Vacinação Cr\$ 14.824,97”.

Segunda falha técnica. Podíamos ter ajudado o Sr. Secretário naquela magnífica jornada, fazer aquela vacinação, como feito em todo o Estado do Paraná. Mas, devíamos ter feito convênio com a Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

Meu assessor também falhou.

“Despesas com o Fórum e Serviço Eleitoral Cr\$ 51.934,86”.

Isso desse Fórum deu o que falar. Quando Prefeito, numa determinada tarde, apareceram dois Senhores Juízes, em nosso Gabinete, Dr. Antonio Antunes da Vara Civil e Dr. Joel Pugslei da Vara do Crime. E, por motivo de uma grande construção que estava preparando suas fundações, pegado com o Fórum, o mesmo desabou e quase pegou os Srs. Juízes e o povo que lá estava. Imediatamente eles pediram a nós que arrumássemos um cômodo para que o Fórum não parasse. Alugamos um velho hotel que funcionou perfeitamente no dia seguinte.

Então, foram três falhas técnicas e, se isso for crime, gostaria que todos os Srs. Prefeitos do Brasil, do Paraná e do mundo inteiro cometessem esse tipo de crime, ajudar a educação, a vacinação e quando cai alguma coisa na cabeça de alguém, alugar e arranjar para que o Fórum não deixasse de trabalhar.

Foram várias falhas técnicas, mas não estamos enquadrados no 201. Enquadraria sim, no 201, se esses 99 mil e esses 14 e esses 51 mil estivessem no bolso de alguém. Então estaria dentro do 201.

Então, com esse projeto, os Srs. Companheiros, nobres Deputados todos, por unanimidade, acolheram nosso pedido e votaram favoravelmente. Agora, para provar que não só o Vereador, não só os Srs. Deputados que fizeram a Lei Orgânica dos Municípios, que votaram, não só o Prefeito de Umuarama, enfim, os erros existem em todos os lugares e também no Tribunal de Contas houve um equívoco, houve um pequeno erro. Diz o seguinte: os recursos apoiados na despesa com ensino primário, alcançaram o índice de 42,61 por cento. No ano de 1972 gastamos com ensino, em Umuarama, dada a criação da Faculdade de Filosofia, que custou bastante dinheiro, e outras coisas mais, gastamos com ensino um total de 42,61 por cento do orçamento, o que era da vontade do Presidente Médici e da vontade de todos os brasileiros.

Diz mais abaixo, gastando 43,61 por cento em confronto com a Receita Tributária, ultrapassando, assim, o limite mínimo de 20 por cento estabelecido pela Constituição Federal, art. 15, § 3º letra “f”.

Vamos invocar aqui a Constituição do Brasil. No seu Art. 15, § 3º, letra “f”, diz: “não tiver havido aplicação, no ensino primário, em cada ano, de vinte por cento, pelo menos, da receita tributária municipal”. Os Prefeitos do Brasil são obrigados a gastar pelo menos 20 por cento e isso foi uma lei bacana, foi feliz a pessoa que bolou, que colocou isso na Constituição Federal. Porque existiam Prefeitos que não gastavam nem 2 por cento. Em consequência, estamos vendo, estamos sentindo a vida que vivemos hoje. Esse analfabetismo, aquelas pessoas com sede de saber, os responsáveis de outrora, eram irresponsáveis, não permitindo que nossos filhos alcançassem o nível cultural desejado. Mas, de determinado tempo para cá, quando esta Constituição foi aprovada, deu impulso nesse ponto, porque os Prefeitos do Brasil todo têm que gastar pelo menos 20 por cento na educação.

Isso é bacana. Isso é louvável. Isso é agradável.

Mediante este quadro apresentado, que fizemos questão de invocar artigo por artigo, os Srs. Deputados que aprovaram o nosso projeto podem estar certos de que não cometeram crime algum. Não fizemos uma lei que tenha ferido a Constituição, e nem legislamos em causa própria. Se tivéssemos cometido algum crime, já estaríamos na cadeia. Mas, graças a Deus, aqui estamos de cabeça erguida, com nossos companheiros, fazendo boas coisas em prol do Estado. Isto é que é bacana de ver, isto é que é bacana poder-se fazer alguma coisa pelo nosso Estado.

Não condeno os Srs. Deputados que votaram a Lei Orgânica com esta falha. Não estamos condenando ninguém. Usei da palavra no dia de hoje para dizer a esse meu amigo jornalista e às pessoas que transcreveram o que ele escreveu, que não existe nada de errado aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

— Ausente.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

são os constantes do levantamento procedido pela Comissão Especial designada através da Resolução número 1822, de 04 de setembro de 1974, do Senhor Secretário da Segurança Pública (Relação anexo ao Prot. 00397/75-SENG).

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de março de 1976.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 14/75

I — Capeado pela mensagem governamental número 14/75, vem a esta Comissão o Projeto de Lei número 15/75, que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao município de trânsito da cidade do mesmo nome.

II — O plano de Lei articula-se às normas legais vigentes estando em condições de ser apreciado pelas demais comissões da Casa às quais cabe opinar sobre o mérito e conveniência da medida.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1975.

(a) ACCIOLY NETO — Presidente

(a) EZEQUIAS LOSSO — Relator

COMISSÃO DE POLÍCIA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 15/75

O Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental 14/75, ora em exame nesta Comissão Técnica, objetiva doar ao município de Curitiba, os bens que constituem o sistema de sinalização de trânsito da Capital. Referidos bens são os constantes do levantamento procedido pela Comissão Especial designada, para esse fim, pelo Senhor Secretário de Segurança Pública. Os bens constam da relação anexa que instruiu o processo.

O plano de lei é indispensável à complementação do Convênio firmado entre o Estado e o Município de Curitiba, a quem compete a sinalização e coordenação do trânsito, e, consequentemente a administração e conservação do material doado.

Do ponto de vista desta Comissão, e atendendo aos altos interesses da pública administração, concluo pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sub-Censura.

Sala das Comissões, em

(a) WERNER WANDERER — Presidente

(a) ROSÁRIO PITELLI — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei número 23/76. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei número 03/76. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pie-trângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Governador do Estado e Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que seja criada e instalada uma agência do referido estabelecimento de crédito na cidade de Amaporã. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine ao órgão competente, que estabeleça normas quanto ao período

de apanha, tamanho das ostras a serem comercializadas nas baías de Paranaguá e Guaratuba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Srs. Presidente da República e Ministro do Trabalho, pela criação da SENAR, que passará a funcionar a partir de 01 de maio, no âmbito do Ministério do Trabalho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas da Secretaria da Indústria e Comércio do Estado do Paraná, pelo excepcional trabalho que vem realizando em favor do desenvolvimento do Paraná e do Brasil. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 06, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 104/75, 166/75 e 168/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 254/75, 1/76 e de Lei nº 15/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nº 2/76, e de Lei nº 172/75 e 23/76.

Levanta-se a Sessão.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 118/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 158/76, de 09 de janeiro de 1976,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de MARIA MENEGUSSO, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro, em 16 de março de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 119/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 200/76, de 13 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de VALDECIR NASSAR, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Artigo segundo da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de NORMANDO PEDRO CULPI, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de março de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 126/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 414/76, de 22 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Artigo Segundo da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de TABAJARA MARTINS, ocupante do cargo de nível PL "15", da Série de Classes de Motorista, do Grupo Ocupacional de Transportes, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de março de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 127/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

que as despesas com as taxas dos aparelhos telefônicos, mantidos nas salas dos Deputados, deverão ser pagas pelos mesmos, cabendo ao setor de telefonia da Administração da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, processar as respectivas contas, levando ao conhecimento dos Deputados para que seja saldado o débito.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de março de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 128/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Artigo Primeiro — Em vista do disposto no Ato número 22 de 9 de março de 1976, da Câmara dos Deputados, fixar, a partir de primeiro de março de 1976, os subsídios dos Deputados nos seguintes valores:

- a) parte fixa de Cr\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos cruzeiros)
- b) parte variável, com diária de Cr\$ 306,66 (trezentos e seis cruzeiros e sessenta e seis centavos), representando os 2/3 (dois terços), do estipulado aos membros do Congresso Nacional.

Artigo Segundo — A Ajuda de Custo, fica fixada em Cr\$ 17.333,32 (dezessete mil trezentos e trinta e três cruzeiros e trinta e dois centavos), atendendo o disposto do Ato citado no artigo anterior.

Art. terceiro — A alteração dos valores constantes do presente decreto serão reajustados nas mesmas bases, dos Subsídios e Ajuda de Custo dos Membros do Congresso Nacional.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de março de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 101/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 432/76, de 23 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de OSVALDO FARIAS, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de oito (08) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1971, 1972, 1973 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10/03/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 102/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 242/76, de 14 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de IRANI CARINI, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Técnico de Administração, do Grupo Ocupacional de Técnica Administrativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10/03/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário